



O salto triplo de Michel Temer e o fim do governo Dilma Rousseff

Em meio às Olimpíadas publiquei um texto curto para os clientes da 4E Consultoria onde comparava os principais desafios de Michel Temer a um salto triplo – modalidade tradicional do atletismo. Nessa edição de Brasil em Foco o objetivo maior é aprofundar as reflexões ali apresentadas, buscando compreender parte da complexidade atual de nossa política.

De acordo com a lógica do salto, o atleta deve promover uma corrida de aproximação, sucedida por três saltos que, em inglês, são tecnicamente descritos pelas palavras hop, step e jump. Tais elementos servem de impulso para a queda, ou aterrissagem, e a distância obtida na caixa de areia é a medida utilizada para determinar o vencedor da prova. Michel Temer é um bom saltador?

A corrida de aproximação

A corrida de aproximação parece estar associada ao que viabilizou o início do processo de impeachment. Em seu discurso de defesa no Senado, a ex-presidente Dilma Rousseff (PT) deixou claro que Eduardo Cunha (PMDB-RJ) é considerado por ela o grande agente de todo esse processo. O parlamentar pode ter sido relevante para a ação, mas o processo não prosperaria em segui

das votações se não tivesse contado com uma articulação expressiva de centenas de outros parlamentares no Congresso Nacional. Tal jogo pode ter sido o resultado de ações concretas e singulares de Cunha, bem como do vice-presidente Michel Temer, mas certamente teve um custo ou uma lógica que envolvesse outros legisladores.

O distanciamento entre PT e PMDB se mostrou claro já no primeiro mandato de Dilma. A forte adesão dos parlamentares do principal aliado ao governo petista foi se desgastando ao longo dos anos. Se em 2011 chegou a 92% o índice de deputados federais do PMDB, em 82 votações nominais, que se mostraram favoráveis ao posicionamento do líder do governo na Câmara dos Deputados; em 2012 o percentual caiu para 83% em 55 votações; em 2013 para 73% em 93 votações e; em 2014 atingiu o mais baixo índice do primeiro mandato com 70% em 64 matérias. Tal afastamento se fez presente também nas convenções partidárias. Se em 2010 o PMDB entendeu que Temer deveria compor a chapa presidencial com Dilma por um placar que conferiu 85% de adesão à ideia de aliança, em 2014 esse índice baixou para 59%.

Nos estados, esse distanciamento também foi marcante. Enquanto nas elei-



BRASIL**EM FOCO**

SETEMBRO 2016

www.kas.de/brasil

ções de 2012 a dupla PT e PMDB foi a que mais se repetiu pelo país – seja em torno de candidato a prefeito de um, de outro, ou de terceiro – o mesmo não ocorreu nos pleitos estaduais de 2014. PT e PMDB foram os únicos partidos que se ligaram em mais de duas mil cidades em 2012, mas em 2014 foram aliados estaduais em somente um terço das unidades federativas da União – Minas Gerais, Mato Grosso e Distrito Federal em torno de um nome do PT; e Alagoas, Sergipe, Tocantins, Amazonas, Maranhão e Pará em chapa encabeçada pelo PMDB. Aos olhos de 75% do eleitorado brasileiro ambos eram adversários estaduais, com destaque para São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia, Rio Grande do Sul, Paraná, Pernambuco e Ceará, com volumes expressivos de eleitores.

Todos esses sinais ofereciam a sensação de que um novo governo, reeleito em 2014, parecia requerer novas bases de articulação política. Teria sido este, efetivamente, o olhar do PT? Dilma Rousseff teria consciência da necessária percepção de um novo cenário? Em fevereiro de 2015 o Palácio do Planalto daria claros sinais do quanto parecia ignorar alguns pontos importantes dessa nova lógica política. Após as eleições, as ações no campo econômico mostraram um descompasso expressivo entre promessas, cenários de campanha e ações concretas. Os resultados colhidos diante da opinião pública desgastaram de forma significativa a imagem de Dilma Rousseff. Se em junho de 2012, de acordo com o Índice de

Confiança Social do Ibope, a confiança na figura da Presidente da República era de 63%, ao longo das manifestações de 2013 caiu para 42%, subiu para 44% no início formal do processo eleitoral em 2014 e caiu para 22% em meados de 2015.

Assim, em fevereiro de 2015, data da posse dos parlamentares federais eleitos em 2014, e da escolha das mesas diretoras do Congresso Nacional, o que teria faltado, por exemplo, para evitar o conflito entre Eduardo Cunha (PMDB-RJ) e Arlindo Chinaglia (PT-SP)? Fazia mesmo sentido esse embate na Câmara dos Deputados? Se a decisão do PMDB em torno de Cunha fosse irreversível, era mesmo com um candidato do PT que o governo deveria ter avançado nessa batalha?

O fato é que Eduardo Cunha foi eleito em primeiro turno, e a partir de então passou a liderar uma Câmara infinitamente mais protagonista que a média histórica em uma série de aspectos. No primeiro semestre de 2015, os meses iniciais do segundo mandato de Dilma, por exemplo, foram 122 votações nominais contra apenas 34 no mesmo período de 2011.

E o distanciamento se tornou ainda mais visível. Em discursos ao longo dos meses que sucederam os protestos de 2013, e no início de 2015, não foram poucas as vezes em que a presidente insistiu em plebiscitos para a realização de uma reforma política no país. O instrumento constitucional não foi utilizado nacionalmente apenas uma vez à

BRASIL**EM FOCO**

SETEMBRO 2016

www.kas.de/brasil

toa. Sob os olhares dos parlamentares, trata-se de uma maneira de oferecer ao eleitor um protagonismo que lhes pertence enquanto legisladores. Assim, a relação entre Legislativo e Executivo foi se desgastando. Enquanto Dilma falava em consultas populares, Cunha levava à votação a atabalhoada reforma política por meio de emendas constitucionais, o que enfraquece a figura do Presidente da República quando a matéria é de iniciativa do Legislativo.

O protagonismo parlamentar advindo da Câmara dos Deputados era contido pelo Senado Federal. Tivessem Renan Calheiros (PMDB-AL, presidente do Senado) e Eduardo Cunha alinhados e, certamente, o ritmo do desgaste da presidente teria sido ainda mais agudo. Ainda assim, muitos analistas passaram a chamar o tradicional "presidencialismo de coalizão" brasileiro de "semi-parlamentarismo", tamanha a atuação dos deputados federais. Mas um problema adicional trouxe ainda mais incerteza ao cenário político brasileiro.

O protagonismo do parlamento não era exclusivo. Os organismos de justiça, desde a deflagração da Operação Lava-Jato, mostraram ativismo absolutamente incomum. E não demoraram a lançar seus olhares sobre Eduardo Cunha, que numa sessão da CPI criada para investigar ações ilícitas da Petrobrás, espontaneamente se apresentou ao órgão colegiado para afirmar que não possuía contas correntes na Suíça. A partir dali passou a sofrer desgastes que findaram minando a estratégia que criou para a Câmara. O parlamento deixou de ser

um órgão conduzido por ele, para se tornar seu principal escudo na defesa contra as mais severas acusações de corrupção. E tal gesto engrossou as críticas e acusações contra ele.

No recesso de meados de 2015, finalmente, Cunha disse com todas as letras que a despeito de sua responsabilidade institucional se considerava um parlamentar de oposição ao governo da presidente Dilma. A guerra ficaria mais ácida, e uma tentativa de composição, pautada em uma frágil cumplicidade, não foi levada adiante. Ao PT caberia votar a favor de Cunha em comissões que buscassem indiciá-lo no parlamento, e a Cunha ficaria a tarefa de não aceitar pedidos de impeachment que passaram a avançar com base em pareceres do Tribunal de Contas da União sobre a atuação fiscal do Poder Executivo, sobretudo em 2014.

Um semestre marcado por tensões terminou com o PT de costas para Eduardo Cunha, e o presidente da Câmara dos Deputados acatando, em 02 de dezembro de 2015, o pedido de impedimento da presidente petista. A partir dali, o país mergulharia em mais um semestre de incertezas.

O primeiro erro da Presidência, nesse caso, foi buscar, por meio de seus aliados, postergar de forma expressiva o avanço do processo, buscando ganhar tempo. Entre o aceite na Câmara e as respostas às mais distintas perguntas encaminhadas pela base ao Poder Judiciário, se passaram três meses e meio. Foi apenas em meados de março que o STF se posicionou em relação ao rito do

BRASIL**EM FOCO**

SETEMBRO 2016

www.kas.de/brasil

impeachment. Nesse tempo, afirmam alguns analistas, a oposição teve espaço suficiente para manobrar. Uma boa “corrida de aproximação” teria sido possível graças a todo esse espaço conferido ao saltador Michel Temer, bem como a Eduardo Cunha e aos políticos que viriam a apoiar o processo. O país deu sinais ainda mais agudos de crise econômica, parcelas significativas da sociedade foram às ruas, a pauta de parcelas da mídia se amargaram ainda mais e Dilma deu alertas consistentes de queda.

A semana entre 12 e 19 de março talvez tenha sido uma das mais importantes da história do país em se tratando de todo o processo contra a presidente da República. Dia 12 o PMDB realizou convenção onde deu prazo de 30 dias para se decidir em relação ao governo – o que se confirmaria logo adiante. Nesse meio tempo proibiu a posse de seus membros no Poder Executivo Federal. Dia 13 alguns milhões de brasileiros foram às ruas pela destituição de Dilma da Presidência, impactando fortemente a opinião pública, com ampla cobertura da mídia. Dia 15 o STF homologaria a íntegra da delação do então senador sul mato-grossense Delcídio Amaral, envolvendo políticos centrais do PT, do PSDB entre outros. Dia 16 o STF determinou o rito do processo impeachment seguindo compreensão básica de dezembro do ano anterior inspirada no exemplo de 1992. Ao mesmo tempo, o governo anunciava Lula ministro da Casa Civil e se deparava com as bombásticas gravações tra-

zadas a público, de forma extremamente questionável, pelo juiz Sérgio Moro – que viria a se desculpar publicamente. Sugeriria-se ali que a nomeação estava associada à tentativa de ofertar foro privilegiado ao ex-presidente. No dia seguinte, a despeito de um papel menos pesado na coalizão, o PRB declarou desembarque do governo, entregando o Ministério do Esporte. No dia 18 de março, cidadãos pró-governo foram às ruas em número relevante, mas bastante inferior àqueles registrados pela oposição, e a janela de trocas partidárias – ferramenta casuísta aprovada no Congresso Nacional como emenda à Constituição – foi fechada após um mês aberta, o que poderia causar algum tipo de reviravolta na base de apoio ao governo, mas apesar de quase uma centena de trocas, apenas adensou as fileiras de partidos governistas e dispostos a negociações no processo de impeachment.

A partir de tais fatos, muito do que se assistiu no país se desenrolou. O governo, mais desgastado, teve a abertura do impeachment aceita por uma Câmara dos Deputados em que espetáculos pessoais de gosto absolutamente duvidoso, e bastante semelhante àquele de 1992 em torno do processo contra Fernando Collor de Mello, foram assistidos pela TV. Em meados de abril, 367 deputados federais (71,5% do total) enviaram ao Senado o pedido de cassação da presidente. Em maio, depois de perder o primeiro round da batalha no Senado, Dilma foi afastada, e

BRASIL
EM FOCO
SETEMBRO 2016

www.kas.de/brasil

seu vice, Michel Temer, foi interinamente posto na Presidência do país.

Hop, step e jump

Parcelas expressivas do mercado econômico comemoraram a chegada de Michel Temer ao poder, bem como outros setores da sociedade. Entendiam que Dilma Rousseff não possuía mais a menor capacidade de dialogar com o Congresso Nacional e tampouco com leituras que observavam, atentas, a necessidade de severos ajustes fiscais para que o país se recuperasse da crise. Diante de tais aspectos, entendiam que uma equipe econômica considerada por alguns como galáctica se encarregaria de propor os gestos necessários à recondução do país ao “eixo”. Enganam-se, no entanto, aqueles que entendem que isso seria algo facilmente resolvido em curto período de tempo.

Michel Temer inaugurava assim a fase do triplo salto. O primeiro, chamado hop, estava associado à reconciliação do Poder Legislativo com o Executivo. De um lado a necessidade de se entender com Renan Calheiros. O primeiro gesto ocorreu quando o então vice-presidente da República foi reconduzido ao comando nacional do PMDB, ainda no começo do ano. As partes precisaram ceder. Ademais, como fazer com que dois planos de reformas para o país, apresentados e defendidos por ambos, tocassem o mesmo ritmo? A relação entre essas alas do PMDB ainda não estão claras à sociedade no que diz respeito à sintonia. Mas é fato que, a despeito de um perfil difícil de ser lido,

Calheiros votou pelo afastamento de Dilma Rousseff em setembro. O problema maior, no entanto, parecia que estava na outra casa parlamentar.

Eduardo Cunha perdeu significativo grau de adesão às suas atitudes, posturas e ideias. E foi afastado do comando da Câmara no começo de maio. Uma semana depois Temer chegaria ao poder, mas não sem antes assistir à posse provisória do vice-presidente da Câmara, Waldir Maranhão (PP-MA). Em gesto considerado tresloucado, o parlamentar suspendeu as sessões do impeachment e avisou ao Senado que paralisasse o procedimento. A decisão foi ignorada por Renan Calheiros, e sustada no mesmo dia. Mas a instabilidade no comando da Câmara causou grande desconforto para o governo Temer, que assumiria o comando três dias depois.

A partir de então, foram necessários dois meses até que Eduardo Cunha renunciasse à Presidência da Câmara no início de julho, para que novas eleições, em mandato tampão com duração até fevereiro de 2017, ocorressem. Nos bastidores, foram vistas as mais diferentes negociações entre partidos da nova oposição, da antiga oposição, do chamado Centrão e de parcelas do PMDB. Ao término do processo, Rodrigo Maia (DEM-RJ) foi eleito com folga contra um parlamentar da ala mais próxima a Cunha no segundo turno. Adensava-se o sentimento de que Dilma Rousseff não teria o menor clima para retornar ao poder, com um presidente do Democratas na Câmara - partido que o PT prometera dizimar, e que de fato

BRASIL**EM FOCO**

SETEMBRO 2016

www.kas.de/brasil

alijou ao apoiar o nascimento do PSD em 2011 a partir dos bastidores do Planalto. O que restaria para Temer?

Analistas entendiam que o melhor dos mundos. O DEM foi fiador do impeachment e é parte do ministério do novo governo, com forte espaço e controle do importante Ministério da Educação. O primeiro salto teria sido dado com louvor? Aparentemente, em termos políticos, sim.

O segundo salto estava associado ao término do processo de impeachment. Nesse caso, no começo de setembro tudo parecia caminhar de acordo com o que o interino Temer desejava. A vitória no placar final do julgamento foi contundente: 61 votos favoráveis ao impeachment e 20 contrários, representando mais de 75% de apoio ao afastamento. Aos apoiadores mais efusivos de Dilma Rousseff e a despeito do debate sobre a existência de um golpe – tese sustentada pela petista: como governar em cenário dessa natureza? Ademais, como apaziguar os ânimos no parlamento se Dilma ainda insiste na tese de um plebiscito que decida sobre a convocação de novas eleições? A ideia de novo pleito parece ser a nova bandeira do PT, que fala em “Diretas-Já” em alusão ao movimento da década de 80. Em termos populares é bastante provável que consiga gerar manifestações em torno de adeptos, uma vez que a própria opinião pública enxerga Temer com péssimos olhos. Mas a ideia tem como prosperar? Diante de tais aspectos, é esperado que o PT promova uma oposição ácida ao atual governo,

mas fica a pergunta: o segundo salto teria sido dado com louvor? Aparentemente sim. Mas um problema inesperado surgiu aqui e merecerá leitura futura mais atenta em termos históricos. O que representou o fatiamento da votação do processo contra Dilma Rousseff em duas partes? Como pode ser condenada por um crime e isentada de uma de suas penas, que é a perda dos direitos políticos? A proposta de desmembramento, a votação presidida pelo presidente do STF e o resultado são surpreendentes. As mais distintas análises se acumulam, com interpretações que vão do caráter social de o brasileiro aliviar em suas punições ao que seriam trocas infames associadas ao aumento dos salários do Judiciário, acordos ilegais em torno de Eduardo Cunha, acertos com Renan Calheiros etc. Assim: o que teria sido do segundo salto de Temer?

A despeito desse questionamento final, o terceiro salto está em curso. As eleições municipais são significativamente relevantes para o PMDB. É a partir das mais de mil prefeituras conquistadas desde a década de 90, que o partido se manteve pesado politicamente, reverberando parte dessas conquistas em bancadas expressivas na Câmara dos Deputados. A lógica se retroalimenta, mas desde 2010 a legenda encolhe em número de deputados federais. Foram 89 eleitos em 2006, 79 em 2010 e 66 em 2014. A perda não é exclusiva do PMDB, mas o estrago pode ser sentido de forma mais aguda aqui. Assim, é absolutamente possível afirmar que en-

BRASIL**EM FOCO**

SETEMBRO 2016

www.kas.de/brasil

tre os ímpetos apressados do mercado e a consciência política de Michel Temer, em seu ritmo peemedebista, existe distância significativa. Sua base de apoio já oferta sinais de desgaste diante de uma série de recuos, e o mercado sugere impaciência. Mas o fato é que reformas profundas devem ser apresentadas após o primeiro, quiçá o segundo turno das eleições.

Em 2016, o PMDB voltou a ser o único partido presente em mais de cinco mil cidades nas eleições para prefeito – seja com candidatos próprios ou apoiando outros. Também é o único partido a encabeçar mais de duas mil coligações e candidaturas, a exemplo de 2012. No caso de superar cinco mil cidades, perdeu a companhia do PT, que encolheu vertiginosamente em relação a 2012. O partido que estivera presente em mais de 90% das cidades brasileiras com candidatos próprios ou apoiando terceiros, diminuiu para 77%, equivalendo sua capilaridade à realidade de PSB e DEM - partidos importantes, mas que estão muito aquém do tamanho atingido pelo PT em tempos recentes. Assim, resta saber como o PMDB, e Michel Temer no comando do país, completarão essa parte do salto triplo. Pessoalmente o presidente não está se envolvendo nas campanhas. Seus interlocutores afirmam que em virtude da diversidade de acordos que, diante de uma posição clara do Planalto, poderiam esfarelar a base no Congresso Nacional. As pesquisas de opinião, no entanto, sugerem o contrário: Temer não é um bom cabo eleitoral. Restaria verificar

como o governo atuou na liberação de recursos de emendas no primeiro semestre, e isso as pesquisas mostram que ocorreu em “ritmo eleitoral”.

Conclusão: o término do salto

Qual a distância saltada por Michel Temer? Será um grande governante? Contribuirá com reformas relevantes que serão compreendidas pela sociedade, a despeito do sabor amargo que se anuncia? O Brasil reagirá de forma satisfatória? Difícil compreender de forma absoluta até onde pode ir esse governo. Mas algo precisa ser apontado nessa conclusão. A política não se resume mais, no Brasil, a um olhar simplificado sobre as complexas relações entre Executivo, Legislativo e partidos políticos. A sociedade e a justiça precisam ser observadas com atenção. E tais atores estão associados à lógica do salto triplo.

No Rio de Janeiro um atleta francês ficou profundamente aborrecido com as vaias que tomou durante sua tentativa de vencer um atleta brasileiro no salto com vara. Em ambas as modalidades (vara e triplo), as palmas solicitadas pelos saltadores ditam o ritmo das suas corridas preparatórias. Assim, voltando ao evento triplo, não é incomum que um saltador provoque a plateia com palmas que, retribuídas, lhe permitem marcar seu avanço. Temer conseguiria provocar essa reação na sociedade brasileira? Mais uma vez: difícil dizer, mas o tom das vaias, que podem engrossar com o desandar da economia ou com a acidez do remédio necessário, pode di-

BRASIL
EM FOCO
SETEMBRO 2016

www.kas.de/brasil

Sobre o autor:

Humberto Dantas – doutor em ciência política, professor universitário, colaborador e conselheiro da KAS.

ficultar de sobremaneira a performance desejada.

Por fim a justiça. O salta triplo termina em uma enorme caixa de areia, de onde saltador nenhum sai limpo. Comum ver o atleta se levantando e batendo a sujeira que lhe cobre o corpo. O avanço das investigações de operações levadas adiante por um incomum ativismo da justiça envolve diretamente membros do governo e, até mesmo, o próprio presidente. Incluamos aqui o processo movido no Tribunal Superior Eleitoral, que em tese pode cassar a chapa Dilma-Temer por abusos cometidos nas eleições de 2014. As ações contam com o olhar atento da sociedade, mas já existem vozes que acusam agentes dos três poderes de tentarem calar o ímpeto de justiça. Não há resposta concreta sobre o que efetivamente ocorrerá a partir de agora no Brasil. Tão incerto quanto o apoio popular é o resultado das investigações. O salto está em curso, e por mais hábil que Temer tenha sido para chegar à competição em condições de saltar, difícil dizer a marca que poderá ser alcançada.